



Anais da Assembléia

N.º 96

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 18/82

DATA: 13 de setembro de 1982.

SÚMULA: Aprova prestação de contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1981. (Ex-Proposição nº 03/82).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único: São aprovadas as contas do Departamento de Finanças do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1981.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13 de setembro de 1982.

JOÃO MANSUR

Presidente.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1982.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fiori Luiz e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora SOFIA VOINAROSKI, ocorrido na cidade de Nova Aurora, em 10 do corrente.

A extinta, pessoa bem relacionada na região, era genitora dos Senhores ANTÔNIO VOINAROSKI, Vice-Prefeito do Município de Nova Aurora e casado com OLGA VOINAROSKI, SIGISMUNDO VOINAROSKI, casado com HELENA VOINAROSKI; JOSÉ VOINAROSKI, casado com MARIA L. VOINAROSKI; HELENA BRORGER, casada com LEONARDO BRORGER e JOÃO PEDRO VOINAROSKI, solteiro.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Opuchkevicz, ocorrido em data de hoje, na cidade de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O extinto era pessoa de grande estima, pois foi um líder político do extinto P.D.C., daquela comuna; pai de inúmeros filhos, dentre eles o Sr. Dionízio Opuchkevicz, atual Presidente do Sindicato Rural e da Cooperativa Mista de Prudentópolis e atualmente disputava o Cargo de Prefeito Municipal pelo PDS.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Sr. Dionízio Opuchkevicz, na cidade de Prudentópolis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX ao Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) do Paraná, e ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, sugerindo QUE NÃO SEJA PERMITIDO O USO DE LÁPIS DE QUALQUER TIPO NAS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO, E QUE SEJA ADOTADO O USO OBRIGATÓRIO DE CANETA ESFEROGRÁFICA PARA PREENCHIMENTO DA CÉDULA ELEITORAL.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Devido aos equívocos verificados em eleições passadas, e também para evitar fraude por parte de pessoas que tentam modificar ou adulterar na apuração de votos, em favor de determinados candidatos, bem como para isentar este egrégio Tribunal de qualquer fato que venha ocasionar transtornos na apuração das eleições de 15 de novembro de 1982.

O uso da caneta teria por finalidade evitar qualquer tipo de manipulação de pessoas que porventura tentam modificar os destinos da abertura democrática apregoada pelo Presidente da República.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado TELEX ao Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, nestes termos:

"É DE ESTRANHAR, SENHOR MINISTRO, QUE EM PLENA ABERTURA, TÃO PROPALADA E JURADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS SEU GOVERNADOR, DR. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, MANDE ACIONAR O DEPARTAMENTO ESTADUAL DA POLÍCIA FEDERAL PARA PRESSIONAR OS PROFESSORES PARANAENSES QUE ESTÃO MOBILIZADOS DEFENDENDO O CUMPRIMENTO DE UM ACORDO FEITO ANO PASSADO, COM AVAL DOS BISPOS DE CURITIBA, E ATÉ AGORA NEGADO. OS LÍDERES DO MAGISTÉRIO PARANAENSE FORAM INTIMADOS PELA POLÍCIA FEDERAL A PRESTAREM DEPOIMENTOS, TENDO SIDO, INCLUSIVE, FICHADOS. CONTAMOS COM A CLARIVIDÊNCIA E A PRONTA AÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA PARA OS FATOS QUE AQUI EXPUSEMOS."

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) FIORI LUIZ.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 118/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MEDIANEIRA", com sede e foro na cidade do mesmo nome.
- Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora levamos à consideração dos ilustres Pares, pretende declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Medianeira.

A referida entidade está devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos de Medianeira, desde 1972, estando, portanto, em pleno funcionamento e cumprindo o que dispõe a lei que regula a matéria aqui enfocada.

Nestas condições, solicitamos dos nobres colegas com assento nesta Casa de Leis, que se dê o devido apoio e posterior aprovação ao projeto de lei que apresentamos nesta oportunidade.

PROJETO DE LEI Nº 119/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES VISUAIS, uma área de terreno no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, medindo 5.000,00 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 12.326, do Livro 3-H da transcrição das transmissões do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca da Capital.
- § Único: A área de terreno, objeto da presente doação, somente poderá ser utilizada para a construção, pela donatária, de sua sede e demais dependências necessárias à assistência aos deficientes visuais.
- Art. 2.º — O imóvel, objeto da doação prevista nesta lei, fica gravado com as cláusulas da inalienabilidade e impenhorabilidade que constarão da escritura.
- Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

Qualquer iniciativa objetivando atender aos menos favorecidos pela sorte justificam sobremaneira sua intenção.

O presente plano de lei destina-se a dotar de melhores condições de atendimento aos deficientes visuais, sob proteção da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres membros que compõem esta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós acompanhamos em Londrina esses dias o movimento de paralisação dos professores. Acompanhamos, inclusive, a professora Idezina de Oliveira até à Polícia Federal em Londrina, pela qual ela foi intimada a prestar depoimento e pudemos observar que defronte ao prédio da Polícia Federal em Londrina, mais de 300 professores foram dar solidariedade a líder do núcleo da APP em Londrina.

Participamos também de uma palestra, na sede da APP, onde os professores estão em assembléia permanente, e ali nos reafirmamos que o Governo não cumpre os acordos por ele firmados. E o mais grave é que além de não cumprir o acordo estabelecido o ano passado, com aval dos Bispos, o Governo ameaça com a Lei de Segurança Nacional, pressiona com a substituição de professores e com a formação de Comissões Especiais.

As Lideranças da Associação dos Professores do Paraná, manterão, ainda hoje, um novo contato com os Bispos de Curitiba, Bispos que estariam dispostos a continuar a mediação, desde que convidados pelas duas partes.

Ficamos sabendo, hoje, que o Arcebispo D. Pedro Fedalto, e os Bispos Auxiliares, D. Albano Cavalin e D. Ladislau Biernaski, que avalisaram o acordo firmado no ano passado, gos-

tariam que o Governo cumprisse aquilo que foi estabelecido por ocasião do movimento de 1981.

Hoje, jornais trazem estatísticas da Secretaria da Educação.

O Secretário Iram Martins Sanches, divulgou que 77% das escolas estavam funcionando normalmente no Paraná, e apenas 14% permaneciam paradas.

É muito difícil a gente acreditar nestas estatísticas, na manipulação destes dados oficiais, porque não se pode comparar, por exemplo, o complexo Colégio Estadual, com outros estabelecimentos menores.

O Estadual equivale a vinte ou trinta escolas menores. Isto quer dizer, que esse percentual da Secretaria da Educação na verdade não reflete uma realidade da situação.

No acordo do ano passado, três itens não foram cumpridos. Dois dos quais não implicam em qualquer tipo de gasto financeiro, como por exemplo a proposta cinco, de se manter a Comissão Paritária, e essa Comissão foi dissolvida.

A outra proposta, também, com aval dos Bispos naquela época, era de que o Governo enviaria à Assembléia Legislativa, no início das atividades deste ano, mensagem referente à lista tríplice.

Até agora essa mensagem não chegou. E isso não implica em dinheiro, jogando por terra a alegação de que o Estado não tem recursos.

O outro item, sim, fala do reajuste no mês de agosto.

O Secretário, Iram Martins Sanches, que nós conhecemos em Londrina, professor da Universidade, está desfazendo toda a sua imagem criada perante o Magistério deste Estado. Ele, inclusive, esteve na posse dos novos dirigentes da Associação dos Professores do Paraná. E ali, ele se colocou como defensor da classe. E nós perguntamos: defensor da classe, ou defensor do Governo, Sr. Secretário Iram Martins Sanches? E o mesmo Secretário, afirmou num dos jornais da Capital de hoje, que se o professor acredita que tem algum direito, que esse professor recorra ao Judiciário.

O "professor", Iram Martins Sanches deve saber melhor do que a gente, de que 3.500 professores já entraram com reclamações trabalhistas. São professores que foram prejudicados com avanço diagonal, prejudicados com habilitação, com as promoções e etc.

E o Governo está pagando juros e correção monetária. Quer dizer, para isso existem recursos.

A verdade é que o Governo firma acordo, impõe a lei e não cumpre e ainda manda o professor recorrer ao Judiciário.

Seriam esses os ventos da tão propalada e tão falada abertura democrática do Presidente João Figueiredo?

Nem nos períodos mais repressivos do Governo do Estado de 1.978 para cá, o professor foi intimado a prestar depoimento na Polícia Federal como se fosse um criminoso comum, como se fosse um contrabandista.

E o atual Governador que recebeu um voto de confiança de políticos da Oposição, e eu me incluo entre eles, quando assumiu o Governo. Está provando hoje que não possui o mínimo de sensibilidade, porque, ao invés de tentar uma solução harmoniosa para esse impasse, manda executar todo tipo de pressão, ameaça enquadrar professores na Lei de Segurança Nacional, exige que esses professores passem por um vexame em prestar depoimento à Polícia Federal e me parece que aí há um erro de enfoque, porque, o lugar de Polícia Federal não é dentro da sala de aula, ou dentro das assembleias, mas nas portas de estabelecimentos de ensinos onde a indústria do tó-

xico prospera a olhos vistos, lá que seria o lugar da Polícia Federal, ou talvez, atrás de contrabandistas de café, ou traficantes de tóxicos, mas nunca dentro de uma assembleia fiscalizando e policiando professores, como se fossem marginais comuns.

Então, o atual Governador, através da Polícia Federal, pedia para que todos os líderes de núcleos e também o Presidente da APP fossem ouvidos na PF. E isso, nós não tivemos nem em 1.980, nem 1.981.

Nós tivemos, naquela ocasião, aparatos bélicos diante do Palácio Iguaçu, mas os ex-Governadores não chegaram ao extremo de ameaçar de enquadrar os professores na Lei de Segurança Nacional.

Nós temos outro tipo de pressão também, que o Governo tem feito, é com relação a substituição, colocando-se professores substitutos, estagiários.

Este tipo de substituição, também acarretaria em mais dinheiro, mais despesas. É mais um tipo de pressão e esse tipo de professores substitutos sabem que se eles aceitaram, só receberão o seu dinheiro dentro de no mínimo 6 (seis) meses.

Agora, não é uma solução para o impasse, porque os professores substitutos teriam que alterar todo estado de coisa, porque os alunos já estão enquadrados dentro de certos métodos e esses novos professores aplicariam outros métodos, um novo sistema acarretaria ainda em uma diminuição mais acentuada do nível de ensino que nosso País, no Brasil, um dos piores do mundo, onde existe o professor policial e não o professor povo.

Encaminhamos à Mesa um requerimento, um telex ao Sr. Ministro da Justiça Ibraim Abi-Ackel, com o seguinte teor:

"É de estranhar, Sr. Ministro, que, em plena abertura, tão propalada pelo Sr. Presidente da República, o Estado do Paraná, através do seu Governador, Professor José Hosken de Novaes, mande acionar o Departamento Estadual da Polícia Federal para pressionar os professores paranaenses que estão mobilizados defendendo o cumprimento de um acordo feito no ano passado, com o aval dos Bispos de Curitiba e até agora negado.

Os líderes do Magistério paranaense foram intimados pela Polícia Federal a prestarem depoimentos, tendo sido, inclusive, fichados.

Contamos com a clarividência e a pronta ação de Vossa Excelência para os fatos aqui expostos. Sala das Sessões, 16 de setembro de 1982".

Outro assunto, Sr. Presidente, é com relação às eleições deste ano de 1982.

A REDE GLOBO DE TELEVISÃO começa a falar em eleições, e isso, para ser sincero, me traz muito temor, muito medo, muita apreensão, porque a REDE GLOBO é, praticamente, uma empresa estatal.

Ela tem um poder massificante que chega a impressionar. As pesquisas de opinião pública aí estão, principalmente através da REDE GLOBO, da REVISTA VEJA, estas pesquisas que estão sendo manipuladas.

Nas próximas pesquisas, todos os candidatos a Governador, pelo PDS, deverão estar em primeiro lugar, porque a REDE GLOBO, a mando do Governo Federal, vai tentar criar um clima de euforia, de ufanismo, de "já ganhou"; à medida em que os indefinidos forem definindo estes votos, nesta "pesquisa", serão computados os candidatos do PDS a Governador no Brasil todo, quando nós sabemos que, as pesquisas reais de opinião pública apontam, hoje, no Paraná, o candidato José

Richa com 64% da preferência popular.

O próprio Governo Federal já sabe que o PMDB ganha as eleições no Estado do Paraná, mas, usando o potencial e o poderio de uma REDE GLOBO, o Governo vai tentar distorcer, vai tentar desvirtuar, vai tentar criar um clima aqui neste País, como o clima que se tentou criar por ocasião da Copa do Mundo, quando a REDE GLOBO transmitiu com exclusividade, e este País parou; quando a GLOBO também, com exclusividade, transmitiu o Campeonato Mundial de Automobilismo, para tentar desviar a atenção de problemas mais sérios neste País; ou, quando transmitiu, com exclusividade, o Campeonato Mundial de Basquete.

Hoje, a GLOBO se envolve neste processo político, e é um risco muito grande que as oposições correm neste País, e precisamos estar alertas para as manipulações, para as pesquisas encomendadas.

Mas, nós que estamos correndo todo o Norte do Paraná, com sinceridade, nós vemos dois setores da atividade pública hoje ao lado do PDS: os banqueiros e as multinacionais. Os demais setores estão com a Oposição, estão com o PMDB, estão com o PTB, estão com o PDT, estão com o PT, desde a agricultura até a igreja, desde o professor até o estudante.

E o Governo terá, assim, uma surpresa altamente desagradável, quando as urnas foram abertas após 15 de novembro.

Mas, por falar em abrir urnas, aí vem mais uma preocupação das Oposições neste País, sobre o roubo que já estão preparando.

Deveremos ter na apuração destas eleições, o maior roubo da história política deste País, porque já tivemos roubo em 74, já tivemos roubo em 78 e em 76.

E, agora, o PMDB prepara um Departamento de Fiscalização junto às mesas apuradoras, porque nós estamos conscientes de que haverá um roubo aberto, declarado; dois tipos de roubos nós teremos - e estamos falando isto, a 59 dias antes das eleições - um, ao se computar os votos, na mesa, os votos nulos, muitos deles serão computados para os candidatos do PDS, e depois, o roubo maior, quando as folhas de votação vierem para o computador aqui na Capital.

É preciso estar alerta para isso, porque esses homens que mandam principalmente no Paraná, há mais de 20 anos, não querem entregar esta "teta gorda" do Governo. E o PMDB já está alerta com relação a este roubo que será perpetrado nas apurações das eleições deste ano, principalmente nos municípios menores onde a manipulação é mais fácil, onde a presença do poder econômico prospera.

E é com relação a isso que nós estamos enviando, para aprovação desta Casa, o envio de telex ao Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, e um telex ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, sugerindo que não seja permitido o uso de lápis de qualquer tipo, nas eleições de 15 de novembro, e que, seja adotado o uso obrigatório de caneta esferográfica para o preenchimento da cédula eleitoral. E justificamos, neste requerimento:

Que, devido aos equívocos verificados em eleições passadas e também para evitar fraude por parte de pessoas que tentam modificar ou adulterar, na apuração de votos, em favor de determinados candidatos, bem como para isentar esse egrégio Tribunal, de qualquer fato que venha a ocasionar transtornos na apuração das eleições de 15 de novembro de 82, é que nós sugerimos o uso da caneta que, teria por finalidade, evitar qualquer tipo de manipulação de pessoas que porventura tentem modificar os destinos da abertura democrática apreçada pelo

Presidente da República.

Nós precisamos, nós da Oposição, precisamos nos precaver contra tudo isto que está por aí.

As pesquisas de opinião pública, "frias" e adulteradas, o roubo que já está sendo preparado na computação dos votos, aqui na Capital, porque, nas eleições de 1978, mais de 70.000 votos foram roubados do candidato a Deputado Federal, Álvaro Dias, mais de 130.000 votos foram roubados do candidato ao Senado, José Richa, todos os candidatos pelo extinto MDB, já sofreram esse tipo de roubo, de desvio de votos, porque este Governo se presta a tudo; um Governo que é corrupto na sua essência, que vive atolado na lama podre, imunda e suja da corrupção, não custa, a este Governo, tentar ganhar a eleição através da manipulação e do roubo, no dia da apuração. É preciso que a opinião pública e a imprensa fiquem alertadas para esse tipo de coisas!

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina). A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina). A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para estranhar e lamentar profundamente que o Deputado Vice-Presidente desta Casa faça afirmações tão contundentes e tão aleivosas contra a Justiça do Estado do Paraná.

Vejam — já não digo a gravidade, mas o atrevimento das afirmações do nobre Deputado Fiori Luiz, dizendo que os candidatos do PMDB foram roubados pela Justiça Eleitoral, e se prevenindo agora, mandando um telex, um "habeas-corpus" preventivo - praticamente um "habeas-corpus" preventivo - contra o roubo que será perpetrado nas apurações dos votos das eleições de 15 de novembro!

Mas, cada um, Sr. Presidente, dá o que tem. Democracia é isto mesmo. Para esta Casa vêm pessoas das mais variadas tendências cujo comportamento não condiz com a grandeza do Poder Legislativo.

Num outro tópico, pede um telex ao Ministro da Justiça, procurando incriminar um Governador que ele elogiava até ontem, desta tribuna; se nós consultarmos as notas taquigráficas da Casa, veremos que cada vez que o Deputado Fiori Luiz referiu-se ao Governador Hosken de Novaes, foi de forma elogiosa.

O Sr. Fiori Luiz — Eu confirmei isso da tribuna agora há pouco.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Disse há pouco, da tribuna, que muitos políticos e inclusive eu, dei um voto de confiança ao Governador Hosken de Novaes, naquela ocasião...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agora ele não presta mais.

O Sr. Fiori Luiz — Depois desta medida repressiva de enquadrar

professor na Lei de Segurança Nacional, ele desfaz toda a imagem de jurista.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas, nobre Deputado, “dura lex, sed lex”. Isso já dizia o Pedro Demeterco, há muitos anos atrás.

Pode-se contestar a justiça ou a propriedade de uma norma legal, exatamente para alterar as normas que regem a sociedade, adequando-as no tempo e no espaço.

Para isso é que existe os Poderes Legislativos. Mas a lei é dura mas é a lei.

Entretanto, em sua plena vigência, a lei não pode ser ignorada, muito menos por um grande jurista da qualidade de Hosken de Novaes, que governa hoje o Estado do Paraná. A lei não pode ser ignorada, nem pode agasalhar o seu descumprimento; a autoridade é incumbida exatamente de fazê-la cumprir. É isso exatamente o que Vossa Excelência tem que entender.

E essa colocação que eu faço, vem a respeito da lei que Vossa Excelência se referiu, porque acho que Vossa Excelência esqueceu até o número da lei, mas é a n.º 6.620. Eu dou o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — O problema desse movimento dos professores é um desdobramento do movimento do ano passado. O Governo impõe a lei mas não a cumpre.

Os professores querem apenas o cumprimento do acordo com o aval dos bispos. Nem os bispos o Governo respeitou.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Está bem. Eu aguardo o final do aparte para dizer que não é continuidade do movimento de 81. É continuidade do movimento de 78, 79, 80, 81 e 82, greves programadas por uma Associação que não representa a média do pensamento do professor paranaense.

Vê Vossa Excelência que as decisões, todas as decisões foram tomadas com a minoria de 500, 600 ou até 1.000 professores, quando Vossa Excelência e toda a Casa sabe que 50.000 professores estão cadastrados, contratados e pertencem ao Quadro Permanente da Secretaria da Educação e Cultura.

O Sr. Fiori Luiz — Cadastrados ou castrados?
(Vozes superpostas).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então vê Vossa Excelência... eu não dou o aparte a Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur)-(Faz soar os tímpanos).
Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se Vossa Excelência me pedir o aparte, eu darei com prazer, mas não permito que Vossa Excelência interrompa o meu raciocínio.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são greves programadas, são greves que nós sentimos nitidamente atrás de membros da Associação dos Professores, o envolvimento político, mas é evidente que a Oposição tenha se valido dos professores, embora o tenha jogado para um caminho sem volta, porque agora pegou um homem correto, decente, um homem que quer realmente cumprir a lei, um homem que deixa o coração ao lado para cumprir exatamente a lei.

Agora o caso é diferente, agora está aí a Oposição querendo mandar telex para o Ministro da Justiça, querendo fazer apelo, querendo acusar, querendo tudo.

Mas o que é que diz a lei em artigo 35? “Promover paralisação ou diminuição do ritmo normal de serviço público ou de atividade essencial definida em lei, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República. Pena: reclusão de um a três anos”.

Já o artigo 37, estabelece:

“Cessarem funcionários públicos coletivamente, ao todo ou em parte, os serviços a seu cargo”. Detenção de 08 meses a um ano.

Parágrafo único: — “Incorrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente se solidarizar com os atos de cessação ou de paralisação de serviço público, ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo”.

Essa lei é dura. Eu sei que é dura.

O Sr. Fiori Luiz — Na cadeia deviam estar os homens do Governo que não cumprem acordo que eles mesmos assinam.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou ouvindo algum rumor desse lado, e como não dei aparte a ninguém ...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Peço ao Sr. Deputado Fiori Luiz que só aparteie quando tiver consentimento do orador que se encontra na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Essa lei é dura. Enquadra perfeitamente o atual impasse entre o Magistério Público e o Governo do Estado, forçando o Sr. Governador, que é afeito em toda sua vida, a promover o estrito cumprimento da lei, a negar-se a atender pretensões salariais superiores à capacidade financeira do Estado.

Essa é a grande realidade.

Em cinco anos consecutivos, o Magistério tem paralisado suas atividades, nas épocas que considera estratégicas, para reivindicar melhorias salariais. É o único segmento do funcionalismo que promove paralisação de serviços. E as consequências têm sido a prorrogação dos anos letivos, com prejuízos aos escolares, incômodos para seus pais, e depois está aí, o menino sai da escola e não sabe fazer uma redação de cinco linhas, porque não tem mais aula.

Faz cinco anos neste Estado, que o Magistério só vai atrás da sua associação, pedindo coisas que sabe que o Governo — não é que não queira dar, é que não pode dar.

E não se pode negar que o Poder Executivo tudo fez para sustar a greve ilegal: dialogando e expondo as reais possibilidades do tesouro. É de entender que a administração estadual não cria e nem imprime dinheiro e como mera gestora de recursos públicos, deve bitolar os seus gastos à estrita disponibilidade do tesouro.

É isso que a Oposição precisa entender. E se não há dinheiro para atender à reivindicação do Magistério público e não há greve que resolva o impasse. Seria pretender o impossível, daí porque o Governo tem apelado para que os professores voltem às classes, retomem suas atividades, provocam-se entendimentos realistas entre os seus dirigentes e o Governo do Estado, mais do que ninguém, mais do que ninguém, admira a missão do Magistério e quer, dentro de suas possibilidades, garantir a remuneração digna ao professorado.

Tanto é assim e agora eu respondo ao Deputado Fiori Luiz, que o Governo tem cumprido com tudo que se dispôs com o Magistério, e que, nos últimos quinze meses, esse mesmo Magistério teve aumentos que totalizam 108 por cento, tanto é assim que, na gestão de Ney Braga, foram concedidas promoções, remoções, extinguiu-se a aberração que se convencionava chamar de “professor suplementar”, com a efetivação e garantia de atividade para milhares de mestres. Tanto assim, que em todos os movimentos reivindicatórios promovidos pelos professores com greves e passeatas, jamais sofreram eles quaisquer

punições ou sequer foram descontados os dias que deixaram de comparecer.

Essa é a realidade. Agora veio um Governador que pensa de forma diferente: quem não trabalhar não vai receber. E os professores estão iludidos, não vai haver abono de faltas. Serão enquadrados os responsáveis pelo incitamento à greve, na Lei de Segurança Nacional.

O Governo vai mais além, se dentro de um prazo certo os professores não retornarem às aulas, a população escolar não ficará desassistida, o Governo não permitirá que o caos e a desordem se instalem neste Estado.

O Sr. Fiori Luiz — Já estão instalados...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O Governo vai contratar professores, para que a população escolar tenha efetivamente...

O Sr. Fiori Luiz — Para isto...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... tenha efetivamente ... não dei aparte a Vossa Excelência.
Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa assegura a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei o aparte se Vossa Excelência me pedir. Estou à sua disposição.

A população escolar deste Estado, fiquem tranquilos, os pais de alunos, fique tranqüila a sociedade paranaense, o ensino será assegurado, e o povo fica sempre ao lado daqueles que mantêm a ordem e o respeito pela função pública. É isto que está fazendo o Governador Hosken de Novaes.

E agora, para que a comunidade não sofra os efeitos da paralisação, vai chamar os professores para substituir as classes ilegalmente abandonadas. Esta perspectiva que pode vir a ser dramática para quem venha perder sua colocação, nos leva a fazer mais uma vez um apelo aos professores, aos próprios Srs. Deputados da Oposição que, ei seu que, no fundo do coração, não querem outra coisa senão o bem estar da população paranaense. Faltam 59 dias para as eleições...

O Sr. Fiori Luiz — Nós queremos, é o Governo que não quer...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência.

Faltam 59 dias para as eleições, mas não é justo ninguém se valer desta situação para angariar a simpatia eleitoral dos professores. O que é preciso, é que a voz da razão se faça ouvir, que haja apelo para que os professores retornem às aulas, para que se reabra o diálogo, para que se evite a conturbante substituição de professores.

Da mesma forma as conversações perdurariam não para atendimento de reivindicações impossíveis, mas compatíveis com os recursos orçamentários do Estado.

A comunidade paranaense sempre teve simpatia com os professores. Mas, "tantas vezes o vaso vai à fonte, até que um dia quebra". A sociedade paranaense começou a perder esta simpatia. Não está mais dando aquele calor humano de apoio a professores, como nas suas duas ou três primeiras greves...

O Sr. Fiori Luiz — Então o Sr. é contra a educação, nobre Líder do PDS?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Contra a educação, não.

Vossa Excelência quanto mais ouve, menos entende. Vossa Excelência está precisando de uma higiene mental. Vossa Excelência consulte as notas taquigráficas. Eu, contra a educação?

Lamentavelmente não tive a felicidade de cursar um banco

universitário, mas sou pela educação em todos os níveis: primeiro, segundo e terceiro graus, para que o povo brasileiro vença, rompa as peias de subdesenvolvimento, pela cultura do seu povo, pelo preparo da nossa juventude. Mas, com estes professores que dão 85 dias de aula por ano, jamais. É preciso que se aperfeiçoe o ensino...

O Sr. Fiori Luiz — Com este salário que ganham?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com este salário que eles ganham. Tem gente que ganha menos. Gente que trabalha. Não podemos fazer milagres com a arrecadação que tem o Estado.

Vossa Excelência é um dos homens...

O Sr. Fiori Luiz — E onde está o dinheiro do Governo?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ora, não estou aqui para dialogar com Vossa Excelência. Dou-lhe o aparte.

O Sr. Fiori Luiz — E os sete mil funcionários contratados pela Secretaria da Saúde, existe dinheiro para isto? E os dois mil veículos contratados pela campanha política, propaganda na televisão, existe dinheiro para isto?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, vou ter que interromper o aparte de um demagogo, de um homem que às vésperas das eleições, está se valendo de uma situação dramática que vem atingindo toda a população escolar do Estado, a sociedade paranaense, para fazer proselitismo político às vésperas de uma eleição.

Traga Vossa Excelência uma certidão que o Secretário da Saúde contratou sete mil funcionários e estarei ao lado de Vossa Excelência, reverberando este procedimento. Agora, por ouvir dizer, "entra aqui e sai aqui".

Traga Vossa Excelência provas concretas, absolutas, que estarei ao seu lado e renuncio à condição de Líder do Governo e da bancada, se Vossa Excelência comprovar isto, aqui.

Sr. Presidente, para encerrar, lamento, mais uma vez, que se procurasse atingir a Justiça do nosso Estado, porque, bem ou mal, o Poder Legislativo, bem ou mal, o Poder Judiciário, é a suprema garantia do povo, da sua liberdade, da sua ansia de progresso, que o povo sem os Poderes Legislativo e Judiciário, é um povo manietado, um povo omisso, um povo medroso, um povo que acaba até covarde, se não tiver os seus representantes gritando, protestando por ele, e se não tiver o Poder Judiciário para dirimir todas as dúvidas entre os dois Poderes, todos os conflitos entre os dois Poderes. Se não existir este Poder Judiciário, então estará falido o próprio regime democrático, aquela democracia que tanto estamos lutando para reconstruir.

Desde 1968, 13 de dezembro de 1968, quando eu era o Presidente deste Poder, e alguns Srs. Deputados ainda estavam nos cueiros, eu já lutava contra a ditadura. Vossa Excelência como Deputado, o Deputado Paulo Camargo, como um dos Deputados atuantes neste Legislativo e com larga permanência neste Poder, sabem o que foi minha luta quando da instituição do AI-5. Sempre estive ao lado do Poder Legislativo...

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

Vossa Excelência defende a Lei de Segurança Nacional.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas eu sempre estive ao lado do Poder Legislativo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Fiori Luiz — Mas Vossa Excelência defende a Lei de Segurança Nacional, e conseqüentemente, defende a ditadura, nobre Líder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... Sr. Presidente, eu não dei o aparte ao Deputado Fiori Luiz. O Deputado Fiori Luiz procura confundir quem jamais foi confundido na vida; não é com um aparte extemporâneo como o de Vossa Excelência

que vai confundir o meu raciocínio. Vossa Excelência já deveria ter percebido isto há muito tempo. Tantos anos que Vossa Excelência convive comigo, sabe que eu não sou mentecapto; sabe que estou separando joio do trigo. Sabe que eu disse que a lei é dura mas é a lei que está aí. O Ato Institucional n.º 5, foi uma aberração jurídica; mas vigiu neste País até que Geisel...

O Sr. Fiori Luiz — E está vigindo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não está não senhor. Vossa Excelência é mentiroso. O Presidente Ernesto Geisel deixou sem efeito o Ato n.º 5; prometeu a redemocratização ao País. O seu sucessor, Presidente João Figueiredo, o está fazendo por etapas, gradativamente, mas está cumprindo uma a uma as suas promessas. Inclusive com uma anistia que foi além daquela reclamada pela Oposição. Até ladrões estão hoje aí livres, candidatando-se, novamente, em busca do voto do povo; até ladrões, foram anistiados todos. Essa é que a realidade. Não existe Ato n.º 5; porque, se existisse os disparates que Vossa Excelência tem dito desta tribuna, já seria um motivo mais do que suficiente para impedir que Vossa Excelência continuasse fazendo. Hoje, vivemos num regime de plena liberdade, democracia plena...

O Sr. Fiori Luiz — Com a Lei Falcão. E a Lei de Segurança Nacional.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eleições livres.

Já estou entendendo o desespero de Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Isto é uma ditadura militar. Não tem democracia neste País.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não dá para falar.

Quando eu dou o aparte para o homem, o homem sai com sandices, com bobagens; depois me interrompe, procurando me confundir. Não me confunde.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nós estamos vivendo uma democracia plena. Graças ao bom Deus, onde todos nós podemos dizer aquilo que sentimos, aquilo que queremos. Fazemos aquilo que desejamos e deixamos de fazer aquilo que não desejamos. Isto é uma democracia. É um regime abençoado por Deus. E que alguns radicais do partido de Vossa Excelência estão procurando conturbar essa abertura democrática. Vossa Excelência sabe disso. Vossa Excelência sabe a Arca de Noé que é o partido de Vossa Excelência. Como frente abriga todo mundo e é a justificativa que os Srs. fazem. Mas Vossas Excelências abrigam quem? Gente de bem, evidente, a maioria, graças a Deus, mas uma minoria radical, dentro do partido de Vossa Excelência, está procurando conturbar a reabertura democrática, promovida e executada pelo atual Presidente da República; essa é que é a realidade, Sr. Presidente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA —

APAE", com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. (Anexo Projeto de Lei n.º 108/81), do Deputado GABRIEL MANOEL, sobre o mesmo assunto). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/81, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "LIGA RONDONENSE DE ESPORTES", com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR "MONTEIRO LOBATO", com sede em Formosa do Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/82, de autoria do Deputado TÚLIO LUIZ ZANCHET, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", com sede e foro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MARRE-CAS DO BEM-ESTAR AO MENOR - AMARBEM", com sede e foro em Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/82, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o "CLUBE DAS MÃES UNIDAS", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/82. (Mensagem n.º 67/82, ex-Proposição n.º 52/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Municípios de Assis Chateaubriand, e que objetiva condicionar as diretrizes do Trânsito com os estudos e a realização do planejamento urbano do referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/82, (Mensagem n.º 68/82, ex-Proposição n.º 53/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio SESP/001, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Janiópolis, que objetiva a concessão de auxílio financeiro ao Município para reforma e melhorias na Delegacia de Polícia e Cadeia Públicas locais. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/82, (Mensagem n.º 69/82, ex-Proposição n.º 54/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o ajuste n.º 02/82, ao convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para implantação

do Projeto "Assistência ao Comércio". — **Aprovado**, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/82, (Mensagem n.º 19/82, ex-Proposição n.º 22/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação de Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Estado do Paraná, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios aqui nominados com a interveniência de órgãos citados, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado**.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/82, (Mensagem n.º 20/82, ex-Proposição n.º 23/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos a convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado**.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/82, (Mensagem n.º 21/82, ex-Proposição n.º 24/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados e que objetiva aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sofia Voinaroski, ocorrido na cidade de Nova Aurora. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Opuchkevich, ocorrido na cidade de Prudentópolis. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, consubstanciado em pedido de informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. — **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Três Srs. Deputados aprovam; dois Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 68/82 e de Resolução n.ºs 56, 57 e 58/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 23 e 24/82.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 15.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1982

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Paulo Camargo.

ÀS 15:30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho.(58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 55/82, que Fixa os Subsídios e a Verba de Representação do Governador e do Vice-Governador, com vigência a partir de 15 de março de 1983. — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, nos termos do artigo 22, item II, da Constituição Estadual, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.^o — O subsídio e a verba de representação do Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da verba de representação pagos ao Presidente da República.

Art. 2.^o — O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da ver-

ba de representação pagos ao Governador do Estado.

Art. 3.º — Os reajustes dos subsídios e vantagens referidos nos artigos anteriores dar-se-ão automaticamente, nas mesmas épocas e observados os mesmos percentuais das variações do subsídio e da verba de representação do Presidente da República.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/82 que aprova as Contas da CABENFALE, referente ao exercício de 1981.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo único: São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários deste Poder, apresentado - Departamento de Finanças, referente ao exercício financeiro de 1981.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente,

RENATO BERNARDI — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.